Semear

CADERNOS DE SOBERANIA ALIMENTAR
AGROECOLOGIA E ABASTECIMENTO

ABASTECIMENTO POPULAR DE ALIMENTOS

ano 2 - nov/2021
2
número

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES
MPA
BRASIL

Se o coronavírus está nas ruas,
Se não há garantias para nossa saúde,
Se o SUS está sem financiamento,
Se a vida mudou rapidamente,
Você se perguntará, por que nos arriscamos?
Em tempos de egoísmo e de lucro
Nosso alimento não se negocia, nem é de difícil acesso,
Em tempos de necessidades e de temor,
Nossas cestas de alimentos se multiplicam assim como o cuidado,
Em tempo onde ninguém quer se aproximar.
Nosso lema é “fique em casa que nós produzimos seus alimentos”
Você se perguntará, por que nos arriscamos?

Nos arriscamos porque nascemos da terra
E esta terra é fértil e repleta de esperança.
Nos arriscamos porque o individualismo não tem cara
Mas o nosso povo tem um sorriso.
Nos arriscamos pelos que vivem no campo e na cidade,
Por sua alimentação e dignidade.
Nos arriscamos porque a soberania alimentar
É uma realidade que começa com agroecologia popular.
Se pensamos em outra sociedade,
Se pensamos no autocuidado e na solidariedade,
Em meio à confusão e à TV,
É porque lutando enfrentamos o egoísmo,
Damos a mão a quem não tem como sobreviver,
E não consegue ficar em casa, ou está só por aí.
Por isso nos arriscamos,
Porque cada pergunta tem sua resposta.
Porque cada decisão tem sua ação.
E nossa decisão é o abastecimento popular,
A Aliança entre campesinos e a sociedade,
Pela construção do poder popular.
Como princípios de um novo mundo.
Para transformar esse mundo que está doente e com dor.

Poesia: Porque Nos Arriscamos
Adaptação: Porque Cantamos de Mario Benedetti pela Brigada de Raízes do Brasil RJ composta por Militantes do MPA e Congresso dos Povos, Abril de 2021

Semear
CADERNOS DE SOBERANIA ALIMENTAR
AGROECOLOGIA E ABASTECIMENTO

HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO

ISBN: 978-65-997499-2-6
CBL
9 786599 749926

Agradecimentos

Ao conjunto das pessoas que constroem o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que, na lida cotidiana, rompe com a tendência, sempre presente no modo de produção capitalista, à alienação e à inércia. Às mulheres e homens, a juventude do campo que constrói, bravamente, a agroecologia, o abastecimento popular, o poder popular e a soberania alimentar, especialmente, aos/as que se desafiaram a sistematizar as experiências para esse primeiro, de muitos, Caderno Semear que seguiremos construindo.

Aos/as amigos/as do MPA e a militância que gentilmente atenderam ao nosso pedido de redigir textos para esse caderno, pois uma organização popular se faz com intelectuais orgânicos e com o apoio de intelectuais que se dedicam a refletir criticamente sobre nosso tempo e a projetar os caminhos de superação de nossos problemas estruturais e conjunturais. Só a crítica social contundente é capaz de fazer avançar a história.

À Fundação Henrich Böll, nosso agradecimento pelo companheirismo, confiança política e apoio nesse projeto.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Abastecimento popular de alimentos. -- Salvador, BA : Mateus Menezes Quevedo, 2022. -- (Semear : cadernos de soberania alimentar, agroecologia e abastecimento ; 2)

Vários colaboradores.
ISBN 978-65-997499-2-6

1. Abastecimento de alimentos 2. Agroecologia 3. Alimentação - Aspectos sociais 4. Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) 5. Movimentos sociais I. Série.

22-105661 CDD-630

Índices para catálogo sistemático:

1. Abastecimento de alimentos : Aspectos sociais : Agroecologia : Agricultura 630

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Esta peça faz parte da coleção Semear, organizada pelo Coletivo Nacional de Soberania Alimentar do Movimento dos Pequenos Agricultores e com apoio da Fundação Heinrich Böll.

Organização
Coletivo Nacional
de Soberania Alimentar:
Isabel Ramalho (RO)
Leomárcio Araújo (BA)
Leile Teixeira (RJ)
Douglas Alvaristo (ES)
Flavia Bandeira (RO)
Humberto Palmeira (RJ)

Sistematização
Gabriela Amorim (BA)
Alfredo Portugal (BA)
Andresa Paiva (SE)

Revisão de Conteúdo
Humberto Palmeira (RJ)
Leomárcio Araújo (BA)

Diagramação
Bruno Pillon (ES)

Às camponesas e aos camponeses do MPA,
pela construção cotidiana da Soberania Alimentar,
da Agroecologia e do Abastecimento Popular.

À todes que, em um momento de pandemia mundial,
imbuídos dos melhores sentimentos de solidariedade e fraternidade,
arriscam suas vidas para levar a comida,
o alimento, para as mesas dos/das trabalhadores/as nas cidades.

À todes que tombaram vítimas da Covid-19
e da incapacidade de planejamento econômico e social
do governo federal.

Sumário

4 Apresentação

Parte I

7 **Curso Nacional de Abastecimento Popular de Alimento**
Gabriela Amorim

11 Perspectiva Histórica do Abastecimento no Brasil
Silvio Porto

16 Abastecimento Alimentar no Brasil
Maria Emília Pacheco

Parte II

25 **Biopoder Camponês**
Douglas Alvaristo

26 Oficinas de Biopoder Camponês no Rio de Janeiro
Andresa de Paiva Pereira

31 Conclusão

Apresentação

Essa edição dos cadernos Semear: Soberania Alimentar, Agroecologia e Abastecimento, tem como objetivo principal apresentar, sistematizar e registrar as experiências que o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) vem construindo ao longo dos anos de sua história e que, especialmente, nesse momento tão agudo dos problemas nacionais, mostrou seu vigor e sua força.

Iniciamos o ano de 2020 solapados por uma pandemia mundial de Covid-19. Pandemia esta que tem raízes na lógica de produção de comodities alimentares levada a cabo pelo Sistema Agroalimentar. Esta crise sanitária intensificou outras crises em curso em nosso país: a crise do capital (desde 2008), a crise ambiental e a crise humanitária. Nesse contexto, o governo federal segue sendo incapaz de responder dignamente aos dilemas do povo brasileiro, seja do ponto de vista da saúde, seja do ponto de vista econômico.

Esse quadro que vem se intensificando, desde 2016, aumenta significativamente o índice de famílias em situação de fome. Esse flagelo social, político e econômico que havia se reduzido muito entre 2004 e 2014, volta a crescer, agora, somado aos problemas oriundos de uma pandemia e pela deliberação política do atual governo cerca de 20 milhões de brasileiros e brasileiras já passam fome. A capacidade de reação do governo quanto à produção de alimentos foi inexistente, impermeável à movimentação feita pelo MPA e outros movimentos sociais do campo. Na solicitação de crédito emergencial para o plantio de alimentos, o governo não só barrou a legislação apresentada para esse fim pela segunda vez, como não se preocupou, de forma alguma, com a exportação de gêneros alimentícios. Em um momento em que países como China e Vietnã retiveram seus estoques de arroz para garantir a alimentação de sua população, o Brasil intensificou as exportações provando uma alta significativa no preço dos gêneros alimentícios. Em outras palavras, uma vez mais, o governo brasileiro demostrou sua incapacidade de pensar na política de abastecimento alimentar.

Ainda assim, diante desse contexto desolador, o MPA, responde bravamente às necessidades tanto de camponeses e camponesas quanto de trabalhadores e trabalhadoras urbanas. Intensificou a circulação de alimentos, organizou uma campanha permanente, o Mutirão Contra a Fome doando em pouco mais de um ano cerca de 5 milhões de quilos de alimento para mais de 70 mil famílias dos bairros populares, e constatou como a direção do plano camponês para o Brasil, na perspectiva de construir Soberania e Poder Popular, é uma direção acertada para solucionar os problemas alimentares do povo brasileiro.

Semear, título dessa coleção, é um verbo muito simbólico para os/as camponeses/as; semear convoca à ação, à atitude. Remete ao renascimento, à busca do novo, é um convite à construção de um novo mundo, de uma nova forma de viver. É uma alusão direta às sementes crioulas e sua importância para a humanidade, mas também à projeção do MPA e das famílias camponesas como

guardiãs das sementes, da história e da cultura alimentar de seus povos.

O horizonte da soberania alimentar é o que articula campo e cidade, seja constituída pelo Poder Popular em um processo permanente de auto-organização, experimentação e consolidação, seja por intermédio das políticas de governo e de Estado, ressalvadas suas contradições. Soberania entendida como a capacidade de autodeterminação dos povos. A capacidade, em sua plenitude, de escolher o que comer, quando comer, quanto comer e como organizar o abastecimento. Para o MPA, a Soberania Alimentar só pode materializar se combinada com lutas por Soberanias Hídrica, Energética, Genética e Territorial.

A agroecologia é o nosso instrumento e nossa resposta política e tecnológica para superar o projeto esgotado, falido, do ponto de vista da natureza, que foi a revolução verde. A agroecologia é metodologia, técnica, categoria e movimento que está articulada com o abastecimento popular em seu processo de materialização, sobretudo, no aspecto da produção de alimentos com preservação da natureza, e sem exploração de classe. É feita com toda a herança do conhecimento camponês que, somada ao conhecimento da ciência moderna, formam as bases do BioPoder Camponês.

O Abastecimento Alimentar é a forma de garantir que o alimento produzido de forma agroecológica chegue realmente à mesa dos trabalhadores e trabalhadoras urbanos/as. Em condições sanitárias e com valores que permitam a manutenção da vida no campo. Aqui há que se fazer muitos ajustes para que esse alimento seja de fato acessível a toda a classe trabalhadora, mas também que permita que a vida no campo seja uma vida boa de se viver.

De fato, o tema do abastecimento sempre esteve presente na história do MPA. Seja nas primeiras pautas por renegociação das dívidas, seja com construção e reconstrução das moradias rurais, seja com a organização da produção e de sua comercialização, foram estandartes à frente da luta social do MPA até se chegar ao Plano Camponês para o Brasil.

O Caderno está divido em duas partes. A primeira apresenta elementos expostos num Curso intitulado Abastecimento Alimentar no Brasil, realizado por meio virtual para o conjunto dos/das componentes do coletivo nacional de Soberania Alimentar, contando com a abordagem expositiva de duas pessoas que tem sido referência neste tema e com fortes intervenções concretas nesta pauta. Contamos com a contribuição da Maria Emília Pacheco e do Professor Silvio Porto em dois encontros de 2 horas em datas diferentes buscando compreender o processo histórico do tema do abastecimento alimentar no Brasil e qual o caminho político e institucional percorrido até os dias atuais.

A segunda parte será compartilhado com a militância a sistematização do Curso de Transição Agroecológica aprofundando o acumulado técnico pela militância e pelos agricultores/as na transição para a agroecologia, abolindo o uso de agrotóxicos, permitindo que os camponeses/as produzam seus próprios bio insumos. O curso aconteceu de forma presencial no Rio de Janeiro com uma turma de militantes e agricultores/as multiplicadores/as deste conhecimento.

Os dois cursos objetivam subsidiar o conjunto do Movimento em nível

nacional para avançarmos na construção da Plataforma do Abastecimento Alimentar no Brasil, bem como subsidiar e instigar a formação de multiplicadoras e multiplicadores rumo ao processo de massificação da agroecologia nos territórios.

Coordenação do Coletivo Nacional de Soberania Alimentar do MPA
Novembro de 2021.

PARTE I

CURSO NACIONAL DE ABASTECIMENTO POPULAR DE ALIMENTO

GABRIELA AMORIM

O Curso Nacional de Abastecimento Popular de Alimento foi realizado em dois módulos em novembro de 2021, com o objetivo de discutir e aprofundar o debate sobre o assunto internamente ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). O MPA compreende que o tema do abastecimento é extremamente relevante e, por isso, deve ser aprofundado para que possamos seguir na proposição e fortalecimento de propostas de políticas públicas e ações concretas no cotidiano das nossas comunidades.

O primeiro módulo, com o tema Perspectiva Histórica do Abastecimento no Brasil, foi realizado no dia 18 de novembro, com Sílvio Porto, vice-coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), doutorando em Meio Ambiente e Sociedade, na Universidade Pablo de Olavide, na Espanha. Atuou como consultor para organizações como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU) em São Tomé e Príncipe e em Angola, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Articulação do Semiárido (ASA). Ex-presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

O segundo módulo foi realizado no dia 24, com o título Abastecimento Alimentar no Brasil. A palestrante foi Maria Emília Pacheco, antropóloga, ex-presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), uma das fundadoras da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), assessora da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e integrante do Núcleo Executivo do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN).

Participaram dos módulos militantes do MPA dos estados da Bahia, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul, Piauí, Sergipe, Alagoas, Santa Catarina, Pará, Paraná, São Paulo e Espírito Santo, além de representantes da Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia (Fatres), do Movimento dos Atingidos e Atingidas por Barragens (MAB), da Comissão Pastoral da Terra e Associação Brasileira de Agroecologia.

PERSPECTIVA HISTÓRICA DO ABASTECIMENTO NO BRASIL

SILVIO PORTO

O professor Sílvio Porto iniciou sua fala explicando que traria uma síntese da publicação "Abastecimento alimentar e compras públicas no Brasil: um resgate histórico", do Centro de Excelência contra a Fome, organismo ligado à Organização das Nações Unidas. Ele indicou este material como leitura complementar à sua palestra, por trazer em detalhes o histórico de iniciativas estatais no âmbito do abastecimento no Brasil que foram realizadas no início do século passado até 2003. Para um aprofundamento ainda maior no tema, Sílvio Porto indicou o trabalho de Maria Yeda Leite Linhares, em seus dois livros: História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918); e História política do abastecimento (1918-1974), Coleção Estudos sobre o Desenvolvimento Agrícola, nº 5 e 6 do Ministério da Agricultura.

Primeiras décadas: 1900-1920

Vou iniciar o percurso histórico de sua apresentação a partir de 1900, pois no período colonial não houve uma ação de Estado como se deu principalmente no século XX. O Brasil foi um grande laboratório de iniciativas políticas, programas que foram implementados sempre com problema de continuidade e na própria implementação. Assim, em 1906, temos a primeira inciativa estatal, ainda que regionalizada, para sustentar o preço do café, o chamado convênio de Taubaté, composto pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, os grandes produtores de café à época. Em função da crise de preços, esses três estados criaram um fundo e passaram a intervir na aquisição e na compra de estoques públicos, como forma de sustentação dos preços. O problema é que essa iniciativa foi tomando um volume muito expressivo. O governo sustentava o preço por intervenção pública de enxugar o mercado, sem conseguir, contudo, promover um equilíbrio entre essa produção e o consumo, quer no mercado interno, quer via exportações. O fato de o convênio segurar o preço estimulou o plantio e a expansão da área plantada, o que gerou um problema ainda maior porque não houve medidas complementares àquela. Então, de 1906 até 1931, essa iniciativa foi estadual. Em 1931, com a criação do Conselho Nacional do Café por Getúlio Vargas, essa política é federalizada.

O Brasil passa por uma enorme crise na segunda década do século passado,

que decorre de problemas de abastecimento, um desencontro entre oferta e necessidade. O país, nesse momento, também enfrenta muito problema em relação à comercialização das carnes, principalmente as chamadas "carnes verdes", comercializadas nos açougues do Rio de Janeiro, que ainda era a capital brasileira. Desde o início da chegada da família real em 1808, houve um crescimento significativo da cidade, posteriormente, no início do século XIX, Rio e São Paulo passam por um período de expansão, tudo isso gerou sérios problemas de desabastecimento.

A primeira grande crise foi em 1917, que coincidiu com greves sobretudo em São Paulo. Entre 1914 e 1917, também é o período da Primeira Guerra Mundial, que faz com que o Brasil passe a exportar mais trigo, feijão e carnes. E isso acentuou o problema de desabastecimento no país, levando a uma reação da população naquele momento. Nesta época, temos o primeiro processo de criação de sindicatos no país, tanto de cunho socialista, quanto de cunho anarquista. E foram estes sindicatos que realizaram a greve de 1917. A partir disso, tivemos a criação do Comissariado de Alimentação Pública em 1918. Então, primeiro, em 1906, nós temos como uma ação pública dos três estados Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, para o café; e, em 1918, uma ação do governo federal tentando reagir e responder à crise alimentar, sobretudo à organização dos trabalhadores a partir da greve em 1917.

Essa iniciativa foi muito mal recebida pelo setor produtivo, a elite produtiva à época que era formada basicamente por dois setores: do açúcar e do café. Os usineiros de Pernambuco reagiram muito mal, fazendo críticas ao governo, não aceitando esse tipo de intervenção. Esse Comissariado durou apenas um ano, já 1919 ele é substituído pela Superintendência de Abastecimento. E é já neste período de 1919 também que houve a primeira iniciativa de criação de preço mínimo, muito antes da criação da política de garantia de preços mínimos — que se deu em 1940, sendo reformulada e consolidada em 1966.

Então, no final da segunda década do século XX, já se implementavam iniciativas de preços mínimos, exatamente para estimular a produção de alimentos e a formação de estoques. Além disso, algumas tarifas de importação foram zeradas. Nesse período até os anos 1960 mais ou menos, era muito comum esse tipo de retirada de tarifa de importação para suplementar aquilo que não era produzido no país, para que os produtos chegassem mais baratos para quem consome. Também houve nesse período estímulos à criação de feiras nas capitais brasileiras e estímulos para criação de cooperativas de produção.

Dando um passo agora para 1929, quando aconteceu a crise do crash da bolsa de Nova Iorque, o Brasil entra numa enorme crise em função de nossa dependência. Nesse período, cerca de 68% das exportações brasileiras eram de café e, de repente, com a crise de 29, as exportações diminuem bruscamente e o preço internacional do café desabou. Então, o Brasil entra num buraco enorme porque isso gerou déficit na balança comercial. Lembrando que Washington Luiz, que era paulista, quebrou o Acordo Café com Leite: ao invés de aceitar que o seu sucessor fosse mineiro como era praxe desse acordo, ele indicou Júlio Prestes,

fazer uso e comercializar mediante autorização pública. Vejam que eram estoques privados sob a regulação do governo. O governo não comprava esses estoques, ele apenas proibia a sua comercialização na totalidade. Ou seja, ações no sentido de tentar regularizar o preço.

Ainda em 1940, o governo tipifica como crime contra a economia popular o abandono de lavouras e destruição de lavouras, por exemplo. E institui uma tarifa de importação sobre estoques de trigo que estavam armazenados, por uma estratégia de não liberar para consumo como uma forma de fazer com que aumentassem os preços. Então o governo impôs uma tarifa no sentido de forçar que os importadores liberassem esses estoques para baixar o preço e conseguir ter regularidade no abastecimento.

Também nesse início dos anos 1940 houve uma participação muito relevante de Josué de Castro em algumas iniciativas, principalmente aquelas ligadas aos trabalhadores, às indústrias, às empresas, como a criação de restaurantes populares em 1942. Também a política de alimentação do trabalhador, em que as indústrias eram obrigadas a criar espaços de comercialização de alimento subsidiado para os trabalhadores. O problema é que era uma parcela muito pequena de trabalhadores, sobretudo aqueles que estavam legalizados, que tinham carteira. De qualquer forma, foram iniciativas interessantes no sentido de criar referenciais.

Em 1945, chega ao fim o governo de Getúlio Vargas, e em 1946 assume Dutra com um governo muito fraco, muito frágil, que passou sem deixar lembranças. E Getúlio retorna por eleição direta nos anos 50. É muito importante esse final dos anos 40 para os 50 porque é aí que a soja começa a aparecer de forma mais expressiva no cenário nacional. É importante ainda dizer que a soja chega ao Brasil no final do século XIX. A primeira notícia de soja no Brasil que se tem é aqui na Bahia, em Cruz das Almas, na antiga Escola Imperial de Cruz das Almas, que depois virou a Escola de Agronomia de Cruz das Almas, e hoje é a sede de nossa Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Então, a primeira notícia da chegada da soja no Brasil, da vinda de soja dos Estados Unidos para o Brasil foi no século XIX. A gente tem inclusive publicações do final do século XIX lá em Pelotas, de experimentos feitos com soja. Mas a soja vai avançar de fato com a com a formação de colônias japonesas, em 1908, em São Paulo. Os japoneses trazem junto consigo, sementes de soja para serem cultivadas aqui, pra poder fazer o shoyu, missô, tofu, que são fermentados de soja muito típicos da comida japonesa.

E, em 1912, temos notícia também de um pastor da igreja luterana, vindo dos EUA para a região de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, que trouxe sementes de soja e começou a fomentar o plantio por parte famílias de agricultores camponeses, principalmente para o consumo dos porcos. Era feita uma lavagem, uma fervura, com os grãos, e as folhas eram dadas para o gado. Em 1935 já se tem a primeira notícia de exportação de soja para a Alemanha.

E esse período de 40 para 50 é muito relevante principalmente com o retorno de Getúlio, pois ele passa a estimular a produção da soja. À época,

existiam as cooperativas de trigo muito bem estruturadas, com um corpo técnico, com incentivo para uso de fertilizantes, que começavam a chegar no Brasil via importação como estímulo ao aumento da escala de produção. E a grande questão, principalmente para esse corpo técnico das cooperativas, era aumentar a rentabilidade da terra no período de verão, porque era muito forte a produção de inverno, mas no verão, em geral, as terras não eram utilizadas. Assim, com a perspectiva de aumentar a produção e a rentabilidade, começou-se a estimular a produção da soja em sucessão ao trigo. Então, esse binômio trigo e soja vem desde esse período, e ele foi criado a partir de uma política de indução feita pelo Estado, exatamente para promover o avanço da soja junto com o trigo.

No entanto, ao mesmo tempo que fez isso, o governo também celebrou um acordo com os EUA, no sentido de abrir a porteira para a importação de trigo. Em função da Segunda Guerra Mundial, os EUA estavam com estoques enormes de trigo, e começaram a exportar para o mundo inteiro, com prazo de pagamento extremamente alargado e outras facilidades. Isso foi um tiro no pé em relação à produção nacional.

A soja começa a se desenvolver a partir desse período, em que o Brasil já tinha um parque industrial de processamento de óleo significativo, principalmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul, com uma capacidade de processamento até superior do que a própria produção de matéria-prima. E isso vai avançando de 50 a 70, e nos anos 70 a soja ultrapassa a produção de trigo.

O avanço da soja: 1960-1970

Em meados dos anos 1950, Juscelino Kubitschek é eleito presidente, trazendo seu Plano de Metas. Com isso, houve um forte investimento em infraestrutura, estradas e energia elétrica e comunicação. Mas antes do Plano de Metas, é preciso lembrar, teve a Marcha para o Oeste, na primeira metade dos anos 40, ainda no período de Getúlio. A Marcha criou colônias agrícolas no centro-oeste. No Mato Grosso do Sul e em Goiás, foram dez colônias agrícolas como forma de expandir a ocupação para o cerrado brasileiro, em direção à Amazônia.

A chegada de Juscelino e essa estratégia de ampliação da infraestrutura criaram as condições de fato para a expansão para o centro-oeste. No bojo desse Plano de Metas é criada Brasília, e são construídas as rodovias Belém-Brasília e Brasília-Cuiabá, essas duas artérias foram fundamentais na história do abastecimento do país. Além disso, foi feito também o asfaltamento da BR-101, da Bahia até Pernambuco, e foi criada a BR-116. A consolidação da BR-101 foi um golpe de misericórdia em todo o recôncavo baiano para o tipo de abastecimento que era feito para a cidade de Salvador. No passado, esse abastecimento era feito por trem a partir de Amargosa até próximo de Salvador, depois passou a ser muito

utilizado também o mar. E com a construção da BR-101, isso acabou colocando por terra essas iniciativas.

Ainda na década de 1950, temos a criação da Companhia de Financiamento da Produção (CFP). Também as primeiras iniciativas em relação à alimentação escolar, de 55, em que pese nesse período ser um programa totalmente dependente, muito baseado em doações feitas pelos EUA, principalmente doações de leite. O PNAE só vai se tornar efetivamente um programa na década de 1970, mas a ideia de abastecer as escolas com alimentos se inicia ainda nos anos 1950.

Nos anos 1960, temos a renúncia de Jânio Quadros, assume João Goulart, e, em que pese ser o governo de Jango ter sido muito curto, houve uma série de iniciativas: foi criada a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), algumas Ceasas e a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab). A Sunab surge como a grande organizadora da estratégia de produção, de regulação de preço e abastecimento no país, inclusive pensando questões nutricionais. Ou seja, o que foi pensado naquele momento do governo Jango é muito interessante, de fato teve muita inteligência, muita criatividade, teve um pensamento muito estratégico.

E há uma continuidade disso e fortalecimento no período militar. Os militares tiveram um projeto nacional desenvolvimentista onde a questão da alimentação teve centralidade. No período da ditadura, foi criado o Sistema de Crédito Rural, em 65; consolidada a política de garantia de preços mínimos em 66; o estatuto da terra em 65. Depois vêm o primeiro e o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento já nos anos 1970, no período entre Médici e Geisel. Nessa época também temos a criação da Embrapa em 73 e da Empresa Brasileira de Extensão Rural (Embrater) em 75.

Tudo isso vai conformando uma condição para avançar a ocupação territorial para o cerrado brasileiro, principalmente com a soja. E também avançar sobre a Amazônia com os projetos agropecuários, florestais, principalmente a pecuária e a mineração. Essa foi a grande estratégia delineada por esses Planos de Desenvolvimento. Além disso, foi desenhado um fortalecimento intra-regional, por exemplo, com a ampliação da infraestrutura como forma de fluxo entre as regiões norte, nordeste e centro-oeste, e também do norte com o sul.

Então, retomando o histórico do avanço da soja, temos dois marcos relevantes: nos anos 60, o Brasil deixa de ser efetivamente um país rural e a população urbana ultrapassa a população rural, o que consolida a transição do agrário-exportador para urbano-industrial. E também nessa época, com a criação da Embrapa; do sistema de crédito subsidiado; a ampliação de disponibilidade de importação de insumos, como fertilizantes; a criação de fábrica de tratores, e também a importação de máquinas agrícolas financiadas pelo próprio governo; e a própria domesticação da soja tudo isso fez com que se criassem condições de avanço para o centro-oeste.

Com isso, temos a consolidação das grandes unidades produtivas, das grandes fazendas de produção de commodities no centro-oeste. Esse movimento feito

pela Embrapa teve o apoio também da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). Isso porque em 73, com a crise do petróleo, o Japão passou por um problema no abastecimento de soja, que eles importavam dos EUA. Para garantir o abastecimento interno, os EUA chegaram a ameaçar proibir as exportações.

Outro fator que contou para essa expansão da soja foi uma crise na produção de anchovas no Chile. Nesse período, a produção de rações dependia muito da anchova como fonte de proteína animal. Essa crise nos cardumes do Chile veio junto com uma quebra de safra de grãos, sobretudo trigo, na Rússia e China, e também da produção de amendoim na África do Sul. Esses grãos eram também fontes de proteína para a formação das rações. Então, todas essas crises juntas levaram a uma mudança na geopolítica, e o Brasil passou a ser uma grande oportunidade em relação à produção de soja .

Aqui está a grande inflexão. Com a criação da Embrapa, o direcionamento que o governo estava dando, junto com o governo japonês é que a soja de fato passa a expandir e chega no final da década de 70 já com 10 milhões de hectares plantados. Esse período dos anos 1970 é bastante significativo nessa mudança da geografia da produção agrícola em nosso país e na conformação da soja como o principal produto de exportação. O café já tinha perdido muito protagonismo nesse período do ponto de vista da balança comercial.

Redemocratização e neoliberalismo: 1980-2003

Ainda nesse período da expansão da soja, o governo atuou fortemente em ações de abastecimento. Tivemos a criação da rede Somar, uma rede de supermercados atuando diretamente ou em parcerias com os privados; a criação do Instituto Nacional de Nutrição (INAN), que fazia distribuição e atendimento a mães, gestantes e nutrizes; e mais uma série de iniciativas que foram feitas em termos de abastecimento e que perduraram até o início dos anos 1980. Nos anos 1980, o Brasil entra numa enorme crise, no período de Figueiredo, e a ditadura se encaminha para seu final, com o início do período da redemocratização. Nessa época, tivemos a República Nova, com Sarney, que trouxe uma série de iniciativas, mas também muito mal implementadas, cujos resultados foram pífios. Também porque havia um problema seríssimo em termos de inflação naquele período e isso comprometia muito as iniciativas que foram delineadas naquele período.

Nos anos 80, muitas iniciativas já não foram mais do governo federal, mas dos estados. E depois, a partir de 89, com a primeira leva de prefeituras governadas pelo PT, houve também um conjunto de iniciativas no campo municipal de abastecimento, principalmente feiras e sacolões. Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que os anos 80 e, sobretudo, os anos 90 são marcados pelo neoliberalismo, com a ideia de estado mínimo, que levou a uma série de

privatizações, ainda teve a crise política que levou ao impeachment de Collor.

Nessa época, a Cibrazem, Cobal e CFP são transformadas na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Houve uma drástica redução de crédito e toda estratégia de assistência técnica foi praticamente eliminada. Só começa a ter uma nova atuação por parte do estado direcionado a commodities no final da década de 1990. Quando há também uma reformulação da política de garantia de preços mínimos, que começa a sofrer influência de outros instrumentos econômicos mais voltados ao mercado, muito mais na subvenção de preços do que na formação de estoques públicos.

Em 2000, o governo cria o Moderfrota — Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras, que foi fundamental para ampliar a escala da produção de soja. O Moderfrota teve um papel muito significativo no sentido de fomentar a mecanização agrícola com máquinas que já propiciavam maior rentabilidade e produtividade por hora, tanto no preparo do solo quanto na colheita. Isso fez com que se ampliasse significativamente a área de plantio de soja, praticamente dobramos essa área no Brasil de 2000 para 2004, um crescimento muito expressivo, proporcionado, mais uma vez, por políticas públicas.

Uma última discussão muito relevante que gostaria de propor ainda é sobre as referências em termos de padrão de qualidade dos alimentos, algo que normalmente negligenciamos nos debates. Esses padrões nos são colocados pela Vigilância Sanitária, mas, na verdade, eles atendem ao chamado Código Alimentar ou Codex Alimentarius, construído pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS). As primeiras iniciativas em relação ao Codex Alimentarius são do final dos anos 40. A partir dos anos 60, temos a indústria de alimentos financiando pesquisas nessa área.

É dessa forma que, por exemplo, o consumo da margarina passou a ser mais estimulado, em termos de saúde pública, do que o consumo de manteiga. Foi comprada a ideia de que a gordura animal gerava problemas de colesterol, um trabalho de pesquisa feito pelos Estados Unidos e encampado pela Associação Médica de Cardiologia, que acabou definindo uma série de tomadas de decisão por parte da Agência Nacional de Alimentação nos Estados Unidos, com desdobramentos para o mundo inteiro. Aqui no Brasil não foi diferente, se buscarmos na história, veremos os trabalhos que foram feitos pela indústria, apoiados pela academia, endossados por pesquisas, por associações médicas, com os próprios médicos sugerindo o uso de margarina em detrimento da gordura animal. Então, a população, claro, deixa de comer banha de porco, comer manteiga oriunda do leite de vaca e passa a comer margarina, um produto altamente cancerígeno, que traz uma série de outros problemas, como a obesidade, por exemplo, por causa da gordura trans. Mas, até que se comprove isso, já era anos 2000! E só mais recentemente a indústria vinculada à margarina passa retirar a gordura trans, para dizer que ela segue sendo um produto de qualidade.

Esse exemplo eu trago do livro Nutricionismo, de Gyorgy Scrinis, que discutE

discute essa concepção que vem sendo implementada e que forja uma padronização do todo nosso processo de produção e consumo. É uma leitura interessante para a gente entender melhor isso do ponto de vista histórico e de compreensão também em relação aos sistemas agroalimentares em que a gente vive hoje.

Debate

Diria que o período em que houve maior continuidade na política de abastecimento no Brasil foi do período Jango até final dos anos 1970. Nos anos de Jango são criadas as Ceasas, e sua ampliação enquanto estruturas centrais de abastecimento se deu a partir dos anos 70. Em 74, no âmbito nacional de desenvolvimento, foi criado o Sistema Nacional de Comercialização que orientou e organizou as Centrais de Abastecimento. Foram construídas cerca de 17 Ceasas no Brasil de forma quase que concomitante de sul a norte do Brasil.

Isso também veio para resolver problemas sérios que já existiam dentro das cidades com relação à comercialização de alimentos, eram problemas relacionados a ocupações que geravam problemas de trânsito, higiene, inadequações nos locais de comercialização, que até então se dava na rua. Então surgem esses espaços também para regulação de preço, de oferta, de controle. O Brasil buscou referência tanto no modelo francês como espanhol para montar as Ceasas. Mais um elemento que foi desse período é a Rede Somar, cujo resultado em termos de abastecimento popular é inequívoco. Realmente conseguiu chegar na periferia das grandes cidades É importante olhar para essas experiências como referências que poderiam ser adaptadas ao período atual.

Pensando nesse contexto atual, o desafio de construir uma política de abastecimento passa primeiro por quebrar o poder das corporações. Isso é fundamental! O processo de desconcentração não é só da terra, também é da economia. Então, é preciso uma reforma agrária profunda e ampla e, junto com isso, atacar o poder das transnacionais e das redes de supermercado. O processo de descentralização econômica é crucial para fomentar um repensar da produção nos territórios e uma relação mais próxima daquilo que a gente defende como agroecologia, seja em relação ao manejo das práticas produtivas, dos sistemas, da relação entre produção e consumo e da produção de alimentos saudáveis. Se não tiver ruptura nesse sentido, se a gente acreditar que é possível a convivência entre os dois referenciais — o da agricultura familiar camponesa e do agronegócio —, é apostar que o agronegócio vai seguir mandando, seguir sendo o principal referencial, por escala, por toda a lógica e relações de poder que se traduz dentro do Congresso pela bancada ruralista, que se traduz em quem manda no Ministério da Agricultura, que, por consequência, se traduz nas políticas públicas.

ABASTECIMENTO ALIMENTAR NO BRASIL

MARIA EMÍLIA PACHECO

Quero rememorar que nós estamos aqui falando de abastecimento alimentar, mas sob o ponto de vista de soberania, segurança alimentar e nutricional. Isso é bastante importante porque nos coloca uma determinada abordagem: estamos falando de ampliação de garantia, ampliação de acesso aos alimentos de qualidade. Ou seja, promover as condições para uma alimentação adequada e saudável, com diversidade dos hábitos alimentares, das culturas alimentares, com a valorização das formas sociais, equitativas, associativas. Esses aspectos, portanto, são fundantes de uma concepção prática de um abastecimento alimentar sob essa ótica. É bastante significativo, ao falar desses aspectos, rememorar que no Brasil não só nós temos o flagelo da fome, como também o acesso aos alimentos é um grande desafio hoje neste governo autoritário que não contempla o direito humano à alimentação. Ao contrário, é um tempo da história que nós somos regidos pela pulsão da morte, pela necropolítica.

Mas aqui nós vamos falar de ações reafirmativas, de capacidade de resistência e, por isso, estou me referindo aos hábitos alimentares para dizer que essa situação no país é muito grave. Não tem a garantia do acesso ao alimento e também nós estamos passando por uma transformação extremamente profunda nos chamados hábitos alimentares. Houve de fato uma redução no consumo desses alimentos que constituem historicamente nossa cesta básica, do arroz, do feijão, da farinha de mandioca, da farinha de milho. E uma crescente substituição por aqueles produtos que, na classificação brasileira, são chamados de ultraprocessados. Nós propositalmente não falamos "alimentos" na classificação, eles são chamados de "formulação alimentícia" porque são incógnitas alimentares, não sabemos o que compõe esses produtos chamados ultraprocessados, ou as bebidas açucaradas. E, mesmo assim, existe um favorecimento à indústria de bebidas açucaradas com descontos significativos de tributos, por isso a reforma tributária deveria incorporar temas dessa natureza também.

Temos uma dificuldade enorme no país que se aceite a regulação também dessas empresas. Me refiro não apenas à situação trágica que vivemos agora, mas também aos governos anteriores. As empresas têm poder de influenciar o consumo. Não podemos falar que o consumo é fruto de decisões individuais, há uma imposição através das propagandas, há uma imposição porque não há renda e esses produtos ultraprocessados são também mais baratos. Eu me lembro, inclusive, que no dia que estava previsto o lançamento do Guia Alimentar para a População Brasileira — que estabelece essa classificação de alimentos in natura, semi-processados, processados e ultraprocessados —, houve uma tentativa das empresas de boicotarem o lançamento. Esse guia é extremamente importante; nós

nos respaldamos por ele na defesa do alimento in natura, da produção da agricultura familiar camponesa, das comunidades tradicionais. É bastante importante e bem significativo esse guia ter sido lançado pelo Ministério da Saúde, assim como o livro Alimentos Regionais Brasileiros de 2015.

Uma primeira motivação política que nos leva a pensar o abastecimento alimentar do ponto de vista de soberania e segurança alimentar nutricional é essa leitura crítica sobre a violação do direito no seu duplo sentido: que a população fique livre da fome e que seja garantida uma alimentação adequada e saudável. Isso nos leva a considerar que a dimensão cultural, as nossas culturas alimentares precisam ganhar uma centralidade também nesse debate. Eu costumo dizer que a cultura, ou melhor, as culturas alimentares não podem ser vistas como uma adjetivação da comida, devem ser constitutivas.

Nós vivemos num período da história em que se tem o crescimento da erosão da biodiversidade, o cercamento de terras, expropriação por várias formas violentas, em um processo permanente de conflito. Nesse contexto, colocar no centro a questão da cultura alimentar é uma forma de resistência política, porque com isso nós estamos falando de memória, de história, de afeto e relacionado com uma consciência alimentar que precisa ser associada à consciência ambiental. Esta leitura de cultura alimentar também nos faz mostrar para a sociedade que a produção de qualidade ambientalmente sustentável, agroecológica, está indissociada da preservação ambiental. Costuma-se entender, no Brasil, que há uma dicotomia, mas a agroecologia nos mostra que é possível produzir e conservar o meio ambiente também.

O que nós precisamos no Brasil também é avançar no debate sobre o direito à natureza. Então essa compreensão da comida como patrimônio não como mercadoria está relacionada com a valorização de nossas culturas alimentares. O Brasil não tem uma agricultura camponesa no sentido abstrato universal, nós temos identidades sócio-culturais marcantes nesse país. Felizmente, no decreto 6.040 de 2007, finalmente foi reconhecida a especificidade deste campesinato com suas identidades que se mesclam muitas vezes com uma percepção da paisagem e do meio ambiente. Então, essa visão da alimentação como prática sócio-cultural está ganhando um sentido público.

Talvez vocês estejam se perguntando: onde você quer chegar? Quero chegar nessa afirmativa de que a alimentação tem assumido crescentemente um sentido de prática sócio-cultural. Isso está ganhando um sentido público, porque há uma tendência à adoção de caminhos para que as pessoas ou os grupos sociais afirmem sua capacidade de decisão de escolha numa oposição àquilo imposto pela publicidade das indústrias alimentícias. Reparem que cada vez mais, no Brasil, se fala de alimentos agroecológicos, orgânicos, naturais, caseiros, coloniais, alimentos do comércio justo e solidário, alimentos de produtos da reforma agrária, alimentos da agricultura urbana. Isso é muito significativo, e não pode ser percebido de forma secundária, isso significa a semente de uma mudança de paradigmas também do ponto de vista do que quem escolhe o alimento está decidindo.

Ao mesmo tempo, nós precisamos manter uma luta de resistência à coerção das empresas. Porque, na medida em que cresce essa tendência a que eu me referi, elas também crescem na execução de fraudes e na adulteração de processamento de alimentos. Então, é preciso adotar um controle dessas práticas abusivas das empresas. Eu me lembro quando, próximo à V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, nós lançamos o lema Comida de Verdade no Campo e na Cidade por Direitos e Soberania, em seguida começaram propagandas na televisão dessas indústrias de ultra-processados falando em comida de verdade. Depois retiraram porque, mesmo que de forma difusa, houve uma pressão contra. Mas também todo mundo já deve ter visto algum produto nas prateleiras do supermercado que anuncia sabor caseiro, sabor natural, é disso que eu falo quando falo de adulteração no processamento dos alimentos etc.

Essa perspectiva de incorporar a dimensão cultural significa também nós associarmos o direito humano à alimentação do ponto de vista da luta, do ponto de vista da população que mais é impactada negativamente por esses padrões impostos. Mas, chamar atenção também para o fato de que a imposição culturalmente e politicamente instituída diz respeito ao debate de sistemas alimentares e racismo. Não apenas a população negra é a que menos tem terra e a que mais sofre a fome, como também seus alimentos muitas vezes são vistos de forma preconceituosa, chamados de alimento de pobre, alimento de preto, com um caráter depreciativo. Nós precisamos fazer esse debate.

Assim como também o debate com relação a esse conceito mais moderno, que diz respeito às PANCs (plantas alimentícias não-convencionais) que estão sendo recuperadas na história. Talvez no lugar de falar PANCs, nós tenhamos que trabalhar melhor o conceito de ancestralidade, porque é disso que se fala. Nós estamos falando de alimentos que deixaram de ser consumidos por razões políticas e culturais, que tem a ver também com a erosão da biodiversidade, como eu disse. Embora sejam comidas que têm um valor nutricional e cultural extremamente importante. Eu sempre que falo sobre isso me lembro da taioba, porque mineira que sou, aprecio essa folha que é, em muitos lugares, depreciada e eu faço questão de dizer que eu planto no vaso aqui em casa.

Esses sentidos políticos se revestem dessa perspectiva das culturas alimentares. Por isso que eu disse que é uma questão substantiva, de resistência e não uma coisa adjetivada que diga respeito a nichos. Porque nossa posição — eu digo "nossa" porque sei que é a posição também do MPA, do movimento agroecológico, do movimento pela soberania alimentar — não é por nichos de mercado, queremos uma expansão dessa aceitação da recuperação desses alimentos que também vão desaparecendo.

Por isso também, quando falamos do abastecimento alimentar, precisamos associar com a dimensão importantíssima do estímulo do desenvolvimento dos circuitos curtos, ou circuitos de proximidades. Por que isso? Acaba de se realizar a COP26 do clima, nós dizemos que os circuitos curtos são favoráveis a esfriarem o planeta, como a Via Campesina gosta de afirmar. Mas, ao falar desses circuitos curtos mais propriamente também de proximidade, nós não estamos nos referindo

não apenas a uma posição geográfica, mas às relações que aproximam produtores e consumidores. Esses circuitos abrem novas possibilidades para o desenvolvimento local, territorial, que deve ser pensado não só do ponto de vista econômico ambiental. Esses circuitos têm que ser olhados do ponto de vista também dos valores sociais, étnicos–culturais, do ponto de vista de princípios como autonomia, solidariedade, justiça social, justiça ambiental, respeito às culturas e tradições locais.

Dentre esses circuitos, o que mais se ressalta historicamente no Brasil são as feiras. Elas são também um lugar de resistência, não são apenas um lugar onde se transiciona o alimento pela venda. É também o lugar de afinamento das relações de reciprocidade, de se afirmar a relação de confiança que é extremamente importante. Eu vou realçar a importância dessa relação de confiança porque no Brasil tem havido uma certa tendência — e ela é também impulsionada pelo interesse dos grandes monopólios — a que tudo tem que ser certificado pela legislação brasileira. Tal relação direta com o consumidor não exige que o alimento seja certificado.

Nós estamos, com o neoliberalismo, perdendo um pouco da humanidade. Com isso, perde-se também a relação de confiança que é um valor inestimável, e nós não podemos deixar perder, tem que ser fortalecido. Essa relação direta que se dá nas feiras é um lugar sócio-político muito importante para fortalecer essas relações não só de quem produz, como produz, onde vive, o modo de vida. É o lugar que circulam também receitas, circulam muitas vezes mudas, circula a música e a poesia tão importante na vida, sobretudo nas tradições das feiras do nordeste. Um aspecto extremamente positivo é o fato de termos hoje, de acordo com o levantamento do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), cerca de 500 feiras orgânicas e agroecológicas no Brasil. Esse crescimento é excelente! Elas eram cerca de 100, em 2012, e em 2017 já eram 500.

Nós no Consea — enquanto o Consea existiu —, trabalhamos para que as feiras fossem consideradas equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional. Esse é um aspecto extremamente importante. Além dos restaurantes populares — que aliás, muitos deles também desapareceram —, das cozinhas comunitárias, que são consideradas equipamentos públicos, de segurança alimentar e nutricional, nós insistimos para que as feiras também assim sejam, porque lamentavelmente ainda há no Brasil resistência nos municípios em destinar o local para feira, muitas vezes alegando que as feiras sujam as cidades. Nós precisamos continuar insistindo nessa perspectiva das feiras.

Nesse circuito de proximidade há iniciativas importantíssimas, e os exemplos estão no próprio MPA. O Raízes do Brasil é um excelente exemplo, inclusive porque, no caso do Rio de Janeiro, combina várias ações: a formação de cestas, sobretudo na pandemia, venda no local, as refeições... Isso é muito importante porque ao lado dessa perspectiva de impulsionar o consumo de produtos in natura, de acordo com as características das culturas alimentares, nós temos que associar também o direito ao gosto. Nós estamos perdendo o direito ao gosto, tal é o processo de padronização de uniformização e de redução da variedade de

alimentos que se consome.

Um outro exemplo dos circuitos curtos que eu quero realçar são as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), que se estabelecem com diferentes formas de organização, umas até mais democráticas, suscitam mais o envolvimento de agricultores e de consumidores. Ainda nesse debate, é preciso insistirmos na reconstrução das compras públicas, essa é uma responsabilização do Estado que nós precisamos afirmar o tempo todo. Nesse momento, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) está sendo extinto, substituído pelo Alimenta Brasil, que é um escárnio.

Essa é uma luta que também precisa ser retomada. As distintas modalidades do PAA envolvem segmentos bem diferentes do campesinato. Foram as mulheres, sobretudo, que, por exemplo, acessaram a modalidade de compra por doação simultânea, isso possibilitou, inclusive, que deixasse de haver perda de alimentos. É lamentável nós termos perda de alimentos no Brasil em razão das dificuldades de escoamento, da falta de logística etc. Também o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem tido reduzido seus valores.

Aqui, eu queria chamar atenção para uma incongruência: reduziram o recurso previsto na legislação para 2022 e acabam de definir um aumento do limite de compra por família, de R$20 mil para R$40 mil. Esse é um ponto polêmico, a meu ver, porque, quando aumenta o limite, significa que você precisa também ter formas associativas maiores, uma pequena cooperativa pode ter dificuldade de acessar. E quero lembrar que o PNAE tem um aspecto muito importante que é a possibilidade da compra de grupos informais. E esses grupos informais são formados, sobretudo, por mulheres. E as mulheres têm uma ética que acompanha também essas iniciativas econômicas que é o temor de ter dívidas. O que nós precisamos é aumentar o per capita, essa é, aliás, uma campanha do Observatório do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Quero salientar também que, nessa dinâmica dos circuitos de proximidade, uma inovação importante que temos no Brasil são as rotas de comercialização, que originalmente surgiram com a rede Ecovida nos estados do sul e vão ganhando outros territórios, como a rede Sisal em Minas Gerais. No Mato Grosso, numa atuação da entidade FASE na qual eu trabalho e uma articulação agroecológica de agricultores, está se organizando uma rota de comercialização que recolhe os alimentos produzidos e vende em pontos de pequenos varejos, pela estrada, e também para a alimentação escolar.

Do ponto de vista da luta social, eu queria registrar um exemplo que, a meu ver, é um exemplo histórico importante. Em 2005, em consequência das propostas emanadas da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que se realizou em 2004, o Consea elaborou pela primeira vez uma proposta de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar. Eu chamo atenção para isso por duas razões: primeiro para mostrar que as conferências são sim lócus de produção de propostas. Tanto é — gosto também de lembrar — que a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional tem suas diretrizes emanadas de uma conferência nacional. É sempre importante dizer isso porque esses mecanismos

de participação e controle social estão absolutamente ignorados, interrompemos essa história lamentavelmente.

Mas, queria chamar atenção para o seguinte: dentro dos objetivos dessa política formulada na época tem dois que são muito importantes para essa nossa conversa aqui. Um que fala em potencializar o surgimento de circuitos locais e regionais de abastecimento fortalecendo a segurança alimentar e nutricional das populações nos territórios. E outra que diz respeito à prática política — que o MPA também desenvolve hoje, assim como outros movimentos —, que diz que é necessário estimular o surgimento de redes solidárias de produção, processamento, distribuição e consumo constituídas por empreendimentos organizados com bases associativas, cooperativas envolvendo agricultores, assentados, quilombolas, etc.

Eu chamo atenção para esses dois porque dentro da elaboração de Política Nacional nós já valorizávamos exatamente o que nós chamamos de circuitos curtos e as iniciativas da sociedade com as redes solidárias. É muito importante dizer isso porque a ação desenvolvida hoje pelo MPA é um gérmen de uma das dimensões dessa política que deve ser construída. Ela incorpora muitos valores e precisa ser reconhecida também pelo poder público, sem que isso signifique frear a autonomia e formas de organização próprias dos movimentos.

Em 2012, nós tentamos retomar esse debate da proposta de uma Política Nacional. Chegou-se inclusive a formar um grupo de trabalho e uma minuta da proposta da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar (Caisan), que junto com o Consea e Conferência Nacional, constitui o chamado Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, mas isso também não foi adiante. Naquele momento se dizia que o Brasil já estava alcançando cerca de 704 equipamentos de alimentação espalhados pelo país — bancos de alimentos, restaurantes, cozinhas etc. —, mas também esse processo está interrompido.

Quero também trazer uma informação do levantamento que a Articulação Nacional de Agroecologia fez no ano passado. Numa dinâmica política que nós estamos chamando de Agroecologia nos Municípios, o conjunto temático que reuniu o maior número de propostas executadas que encontramos nos municípios dizia respeito exatamente a abastecimento local, circuitos curtos de comercialização. Com destaque para a presença das feiras, mais de cem naqueles municípios que foram lócus no estudo de mobilização também de candidatos e candidatas que assinaram uma carta se comprometendo com a agroecologia e segurança alimentar e nutricional.

Faço um chamado especial para a questão do abastecimento e as cidades. Também está presente nessas iniciativas solidárias a perspectiva do encontro do movimento camponês com trabalhadores e trabalhadoras da cidade e isso é bastante importante. Mas, eu quero insistir para a gente aprofundar as propostas contidas no Estatuto da Cidade — que vai pra revisão também — e nesses mecanismos que existem nas cidades nos chamados Planos Diretores. Porque falar de abastecimento alimentar, do direito a essa alimentação de qualidade, significa também tratar da gestão da cidade, da organização do espaço das

cidades.

Hoje nós temos nas iniciativas de ocupação urbana esse aspecto inovador: a relação entre a garantia do direito à casa naquele território, junto com alimentação. Nós vemos uma mobilização para a construção de cozinhas comunitárias, como o MTST está propondo, a criação de hortas etc. Esse debate do abastecimento alimentar em relação também à agricultura urbana e peri-urbana é extremamente importante. A cidade não pode ser vista como um lugar de resíduos, a cidade é o lugar também da produção e muitas vezes, nessa mudança de hábitos alimentares, temos visto também como as pessoas vão substituindo aqueles temperos próprios, como a erva cultivada em casa, por essas coisas prontas.

Esse debate é bastante importante e quero lembrar de alguns exemplos que nós já tivemos no Brasil e que são muito inovadores. Em Belo Horizonte, houve um tempo que nos bairros populares havia Centros de Vivência Agroecológica (CEVAES), que era um lugar de encontro para debate, mas também com obras de contenção nos morros de BH, era lugar de cultivo nos quintais e nas áreas públicas. Essas iniciativas, como Armazém da Roça são bem significativas, elas estimulam também essa perspectiva da alimentação de qualidade. Nós temos um desafio de fazer uma aproximação maior dessas iniciativas, inclusive, iniciativas da sociedade, com os mecanismos estatais como Sistema Único de Assistência Social (SUAS), os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e também nas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS). Nós ainda não chegamos, do ponto de vista do abastecimento, a fazer essa inter-relação entre os sistemas. Já que estamos falando de uma alimentação de qualidade, ela está intimamente ligada à saúde.

Finalizo dizendo que os grandes desafios que temos são, por um lado, a reconstrução de políticas públicas que estão sendo destruídas e, por outro lado, o grande desafio de revisar nossa legislação sanitária. Tivemos uma vitória, é verdade, com a RDC 49 da Anvisa, que reconheceu a produção de alimentos em base artesanal, mas estamos longe ainda de concretizá-la. Nós temos, lamentavelmente, no Brasil, uma criminalização do alimento tradicional, do alimento produzido artesanalmente. A visão de "risco" está em disputa! Por exemplo, considera-se risco o uso de colher de pau, de tacho de cobre e, no entanto, temos sempre uma tentativa de retirar o alerta de transgênico dos rótulos, ou o abuso do uso de plástico. Os consumidores muitas vezes entendem que quanto mais, quase que encerado aquele alimento, mais de qualidade ele é, sem saber muitas vezes que isso passa por processos químicos.

Então, tem disparidades, contradições profundas, e isso é inspirado também por determinação do Codex Alimentarius. Nós precisamos que haja uma adequação dessa legislação sanitária, que esta assegure o alimento de qualidade, mas sem criminalizar a produção do alimento artesanal. Há uma iniciativa extremamente importante hoje do Ministério Público Federal que nasceu no Amazonas, com o nome de Catrapovos, que é uma mesa de diálogos sobre alimento tradicional. E existe a defesa contundente desse procurador e de outros que estão junto e em diálogo com a sociedade civil de que o alimento produzido

pelas comunidades tradicionais chegue nas escolas dessas mesmas comunidades sem passar pelas exigências da Anvisa. Considerando que em muitas dessas comunidades há uma relação de parentesco que conforma uma família ampliada e que também esse alimento é produzido propriamente para o autoconsumo. Em lugar de receberem produtos ultraprocessados, vindos de longas distâncias para chegar nas aldeias, nas comunidades tradicionais, o que precisamos é valorizar essa produção local e garantir que essas culturas tenham o seu reconhecimento de que esse é um grande legado. Porque, afinal, grande parte dos alimentos que conhecemos vem exatamente das sementes historicamente, milenarmente, domesticadas por esses povos e ainda hoje sob o manejo também desses povos.

Debate

A construção de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dialoga com a perspectiva de uma garantia estatal do direito humano à alimentação, só que nós ficamos muito longe da efetivação desse sistema. Foi tardiamente que o direito humano à alimentação foi incorporado à nossa Constituição, apenas em 2010. Há de se perguntar por quê. E a resposta pode ser a seguinte: como se trata de um direito à vida, os parlamentares talvez naquele momento acharam desnecessário. Mesmo que esse seja um país que viveu e vive historicamente muitos momentos de muita fome.

E é preciso lembrar que estamos falando de um princípio de sistema que é diferente do SUAS e do SUS, pois é regido pelo princípio da intersetorialidade. Por isso que foi criada a Caisan, que era o lugar de encontro de representações de vários ministérios. Porque falar do direito humano à alimentação é falar de um conglomerado de políticas públicas, que têm a ver com condições de produção do alimento, distribuição, consumo, mas também com política de saúde e de proteção social.

O que acontece é que, atualmente, esses sistemas também estão sendo desmontados. O sistema de proteção social no Brasil hoje não é o mesmo que foi constituído na constituição brasileira, o SUAS. Basta ler o que representa essa MP 1061, que cria o Alimenta Brasil, que se rege fundamentalmente pelos princípios neoliberais. Praticamente, culpabiliza o indivíduo pela sua pobreza. É preciso que, desde que nasce uma criança, lhe seja assegurado o direito à alimentação. Isso significa combinar propostas que tenham caráter de distribuição de renda com política que desconcentre a terra.

Nunca a reforma agrária e os direitos territoriais foram tão importantes nesse país. Essa é uma questão de hoje, não é uma questão pro amanhã e ontem não foi resolvida. É uma questão estruturante. Quando se pergunta porque voltamos tão rápido ao Mapa da Fome, é porque essas questões estruturantes não foram

resolvidas. É um país com uma altíssima concentração de renda, altíssima concentração de terra — que está aumentando nesse momento com a lei da grilagem, com o açambarcamento de terras públicas para o mercado, sobretudo as terras que cercam os povos indígenas, comunidades tradicionais. Seguramente, em breve, haverá um deslocamento de população do campo para a cidade muito grande. E não estamos falando de estados da Amazônia, estamos falando inclusive do nordeste. Pernambuco, por exemplo, é um estado que atualmente está muito sob pressão, do agronegócio, da mineração, etc.

Então, a conjugação coerente dessas políticas e das políticas estruturantes é que assegurariam o direito humano à alimentação desde o nascer até a morte das pessoas. E nós estávamos na construção de um caminho, com muitas lacunas, claro, mas mesmo esse caminho foi interrompido. E isso é bastante grave. A perspectiva era essa, de fazer dialogar os sistemas entre si: de assistência social, saúde, de segurança alimentar e nutricional. Mas ficamos muito longe disso, e estamos cada vez mais afastados da possibilidade de falar de uma garantia de soberania alimentar, pois estamos inclusive importando alimentos que são básicos para nossa alimentação e com a fome também crescente.

É preciso lembrar, ainda, que o direito à alimentação também inclui o direito à água, para beber, para produção. E um inquérito que foi produzido pela Rede Brasileira de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional mostrou a insegurança hídrica. Lá onde falta água para o consumo humano, para produção, lá estão os piores índices também de fome. Por isso, é preciso falar dessas várias políticas. O princípio da intersetorialidade é um princípio chave.

Nós temos que nos manter numa luta pela transformação do sistema alimentar. Esse é um desafio internacional hoje. A cúpula de sistemas alimentares mostrou o domínio das corporações, que não é mais apenas da produção, da corporação que produz a semente, produz o veneno, ela também vai até o consumo. E agora com novos atores nesse processo de concentração, que são exatamente aquelas corporações que estão acumulando dados, como Amazon, Google, etc. Ao fazer essa agregação de dados, elas estão também cerceando a autonomia dos camponeses. Ao usar os aplicativos para analisar solo em detalhes para combinar com produtos que essas mesmas corporações fabricam, isso significa também uma nova forma de ceifar a autonomia dos agricultores, como nós já vimos historicamente também com relação à semente, quando se transforma em mercadoria.

PARTE II

BIOPODER CAMPONÊS

DOUGLAS ALVARISTO

O biopoder camponês pode ser entendido como um processo que compreende a construção do conhecimento agroecológico desde o campesinato, povos e comunidades tradicionais. É o saber acumulado de geração em geração ao longo dos mais diversos cantos do globo, fincado na interação do humano, de sua comunidade no meio, que produz formas organizativas e de produção distintas, mas que acabam se unindo num ponto de convergência que é a compreensão do tempo da natureza e a realização do trabalho respeitando e compreendendo as fases, da lua, das estações, dos tempos da chuva, de seca, do preparo da terra, do plantio, cuidados, colheita, armazenamento e consumo, numa relação de simbiose com a terra e a natureza, na complexação da vida e lógico, na morte e renovação do sistema em um arranjo sintrópico, embora nem sempre percebido assim, devido a sua sutileza e ao aspecto energético, que é marginalizado pela ciência convencional.

Desta forma, é possível indicar que o biopoder não é algo acabado, pronto, mas pelo contrário, está assim como o campesinato, em constante transformação, se adequando as novas realidades, isto é, resiliente, aprende com os estímulos, mas também estimula mudanças que permitam o avanço do saber, da compreensão do território e consequentemente, ao desenvolvimento com envolvimento.

O biopoder camponês se expressa de diversas formas, se expressa na semente crioula que dispõe de identidade, que tem uma história contada, que de geração em geração foi selecionada e compartilhada, que se desenvolveu junto da família camponesa e que a família camponesa se desenvolveu também junto da semente, um complementando o outro, isto é a comunhão do Tempo Natureza e o Tempo Camponês, é o enfrentamento ao Tempo Industrial, que por sua vez, tem sua preocupação não na produtividade, mas no lucro, exploração e domínio das pessoas e da natureza.

Supra apresentado, faz parte da episteme do biopoder camponês, que compreende um jeito de ser, viver e produzir, que engloba ao menos no caso do Brasil, a mistura dos povos, dos saberes e costumes, da espiritualidade de rodeia o humano, da partilha e da organização ultrassocial, de um ser que é primordial, atual e coletivo no tempo-espaço. E assim como é expressado e percebido nas sementes, também o é percebido nos fermentados, na análise do solo por meio da sua cor, matéria orgânica, das plantas nativas que o habitam, no cantas dos pássaros, na “correição” de formiga ou no voo da tanajura.

O biopoder camponês é um processo ou até mesmo um projeto devido o

seu caráter de constante inovação, fundamental a materialização da agroecologia, da vida e da iteração contida no cosmos, na irradiação da noosfera da construção de um novo (nem tão novo) paradigma. É importante peticionar que não está na agroecologia a transformação, senão nas pessoas, no biopoder, nos sujeitos que são os responsáveis pela transformação, que em muitas vezes encontram na agroecologia uma ferramenta metodológica que facilite o trabalho, que permita o melhor emprego da tecnologia socialmente apropriada.

Assim como a agroecologia, que está espraiada em diferentes territórios, no rural e no urbano, o biopoder camponês não está preso em cercas, por ser vivo, está em constante movimento e assim como está no rural, está no urbano e se expressa nas hortas, nos quintais e até mesmos nos parques, pois em muitos casos, são a única forma de conexão do humano com o natural, com a terra (Pachamama) e assim poder também se alimentar do Deus Sol e por consequência, poder florescer.

É nesta toada, que a construção do Biopoder se dá no Movimento dos Pequenos Agricultores, no ouvir aos mais sábios e sábias, a ancestralidade vigorosa e que dá firmeza ao frágil novo, que surge das trocas de saberes por meio da Metodologia de Camponesa a Camponês, que muito mais do que compartilhar técnicas, é tê-las como legítimas, próprias ao campesinato e que sejam de natureza política comum e permita as soberanias. E neste partilhar, muito do que aqui está descrito, se deve aos educadores populares, em especial a Sebastião Pinheiro e aos seus valiosos ensinamentos.

Oficinas de Biopoder Camponês no Rio De Janeiro

ANDRESA PAIVA

O biopoder camponês é construído por meio da partilha, e desta forma foi realizado no Estado do Rio de Janeiro, 03 oficinas com a temática em questão e ao Poder Popular, de modo a estimular a territorialização da agroecologia pelo MPA no estado.

As oficinas foram realizadas por Douglas Alvaristo Fernandes, Tecnólogo em Aquicultura, Especialista em Agroecologia, estudante de Engenharia Ambiental e facilitador em agroecologia e gestor de cooperativas e empreendimentos associativistas e por Matheus Firmino, Técnico em Agropecuária, filho de camponeses e facilitador em agroecologia. Ambos os facilitadores atuam com a construção de biofábricas e produção de biofermentados em unidades de produção camponesas.

As oficinas foram realizadas nos dias 26, 27 e 29 de setembro de 2021, respectivamente no Sítio São José, Comunidade de Pau Grande, da família Teixeira,

no município de Magé (região periurbana), na Horta Comunitária de São Carlos, município do Rio de Janeiro (região urbana) e no Sítio na Comunidade do Vale dos Lúcios, em uma família no município de Teresópolis (região rural).

As oficinas tiveram o seguinte roteiro:

8h – Mística de abertura;

08h15min – Roda de conversa/teoria;

12h – Almoço;

13h – Produção de biofertilizante e água de vidro

17h – Avalições e encaminhamentos

De forma didática a oficina esteve dividida em dois principais momentos, sendo o turno da manhã, com foco a acolhida, apresentação do protocolo de segurança sanitária, mística e apresentação dos participantes. O facilitador iniciou a parte teórica da oficina e conduziu os participantes a sentar em um semicírculo para facilitar a visualização do todo e participação dos presentes. Durante o debate que tornou-se uma troca de conhecimento entre o facilitador e participantes surgiram elementos bastante discutidos no sistema de produção camponesa, este que é baseado nas técnicas passadas na Metodologia de Camponesa a Camponês, dentre os elementos foram ressaltados a agroecologia, biodiversidade, sementes e raças crioulas, pesquisa participativa, manejo de ervas nativas e adubação orgânica, fertilidade do solo, financiamento popular, certificação participativa, agroindustrialização, manejo, implementos dentre outros elementos contidos no Programa de Aceleração da Transição Agroecológica, desenvolvido no estado do Espírito Santo pelo MPA.

No segundo momento, a tarde, foram realizadas práticas de produção de biofermentado e do preparado água de vidro com a estrutura e os ingredientes previamente organizados, o facilitador explicou passo a passo da construção e a funcionalidade de cada ingrediente utilizado no biofertilizante e na água de vidro, enquanto o mesmo explicava os participantes adicionavam ao recipientes correlatos os ingredientes e realizavam a mistura e incorporação que levou em consideração práticas de acumulação energética baseadas na biodinâmica dentre outras escolas de agricultura integrativa.

Figura 1
Momento de apresentação em uma das oficinas de biopoder camponês

Em ambos os momentos os conteúdos foram abordados de forma dinâmica utilizando elementos que estavam presentes no local para exemplificar falas, como plantas, relevo, pedras, cultivos, além destes houve apoio de material de anotação, cartolinas e canetas para ilustrar palavras e desenhos que iam surgindo durante a oficina. A linguagem utilizada nos dois momentos foi bem dinâmica, considerando que público presente eram camponeses/as da região, estudantes e militantes, de várias idades e etnias.

Em ambos os momentos, adotou-se a postura de uma roda de conversa em que todos os participantes puderam contribuir com seus saberes, questionar e construir soluções coletivas aos desafios em comum ao grupo. Ao longo das 03 oficinas, foram capacitadas 60 pessoas e produzidos 1.500 litros de biofertilizantes e 90 litros de água de vidro. Sendo que os biofertilizantes estão prontos em cerca de 30 dias, enquanto a água de vidro, logo após o preparo, pode ser usada.

Foi recomendado aos grupos que os preparados pudessem ser compartilhados entre os participantes das oficinas e que no mês de março de 2022 está prevista uma nova rodada de formação junto as 03 comunidades atendidas.

Figura 2
Douglas Alvaristo no momento de exposição da oficina

Dica agroecológica:
Água de vidro

A água de vidro recebe este nome, pois o preparado deve ser armazenado em garrafas de vidro devido ao seu elevado pH que pode corroer o plástico, que além de fazer perder o preparado por vazamento, o contamina com pequenas partículas de plástico. Seu efeito está na disponibilização de silício, que funciona como um excelente protetor contra doenças de origem fúngica. Seu mecanismo de ação se assemelha a aplicação do reboco numa parede de tijolos, que permite maior firmeza na sua estrutura e proteção as variáveis ambientais. Seu uso é indicado em períodos de excesso ou faltas de chuvas, períodos em que a planta se encontra em estágio de estresse elevado e merece cuidados especiais.

Ingredientes:

04 partes de cinza de palha de arroz, bambu ou fogão;
01 parte de cal hidratada;
10 partes de água fervente;
90 partes de água em temperatura ambiente.

Equipamentos:

01 balde/tambor com capacidade de 25 litros
01 colher de madeira;
05 garrafões de vidro com capacidade de 5 litros;
01 copo americano;
01 canecão;
01 funil;
01 peneira fina;
01 bacia;
01 m de mangueira de nível.

Modo de preparo:

Peneire a cinza com auxílio da peneira, reserve na bacia. Meça 04 partes de cinzas com auxílio do copo americano e coloque no balde/tambor. Adicione 01 parte de cal hidratada e misture bem com a ajuda da colher de madeira. Coloque 10 partes (10 copos) de água para ferver e assim que estiver fervendo, adicione ao balde/tambor junto com os ingredientes já postos. Misture bem e logo em seguida, adicione 90 partes (90 copos) de água em temperatura ambiente. Aguarde decantar e com auxílio da mangueira de nível e o funil e armazene nos garrafões. O preparado pode ser aplicado na proporção de 200-250 ml para preparo de 20 litros de calda, que deve ser aplicada com o tempo fresco. Pode-se adicionar biofertilizante no momento do preparo da calda.

Protocolo de Biossegurança da Oficina

Durante a oficina foi executado o seguinte protocolo biossegurança; 1) Uma pessoa ficou responsável por realizar a cada meia hora higienização das mãos dos participantes com álcool 70°; 2) Os participantes tiveram que utilizar máscaras durante todo o curso; 3) Para refeição foram divididos grupos com intuito de não provocar aglomerações; 4) foram orientados a tomar o máximo de cuidado e manter distância uns dos outros.

Recomendações Prévias

Todas as oficinas tiveram como base os mesmos materiais, ingredientes e orientações para construção da biofábrica e a produção do biofertilizante, por isso uma lista foi encaminhada com antecedência para que todos/as os camponeses/as que se dispuseram a fabricar os biofertilizantes, conseguissem garantir o material, na lista continha: 1 caixa de 500 litros, paletes para suspensão da caixa, torneira e adaptador de caixa, esses materiais foram solicitados para instalação da biofábrica, já para o biofertilizante foi solicitado caldo de cana de açúcar, soro de leite, leite fresco, Bosta fresca de vaca, abóbora cozida, pó de rocha, cinza de fogão e cal hidratado, para a água vidro foi solicitado água quente, garrafas de vidro e cal hidratado.

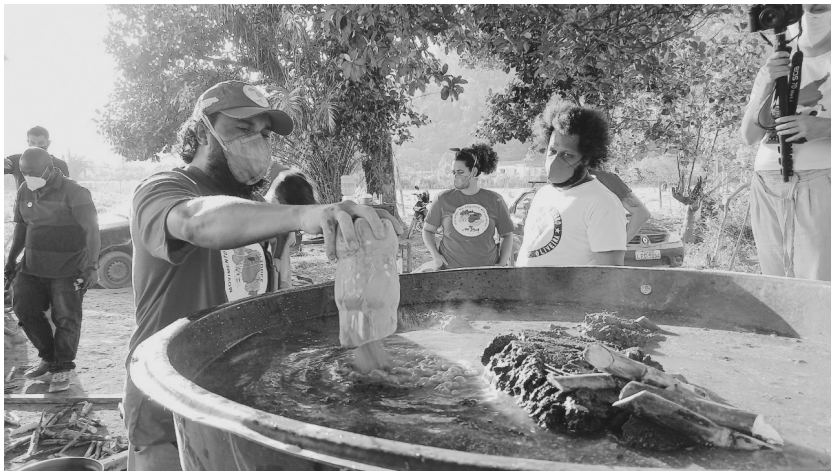

Figura 3
Um dos participantes colocando ingredientes para produção de biofertilizantes.

Figura 4
Participantes picando os ingredientes

Conclusão

Vivemos em uma emergência climática e social com aumento da desigualdade econômica e, consequentemente, aumento da fome. O sistema agroalimentar hegemônico é um dos principais responsáveis por isso. Somos todos como células de um corpo mundial sincronizado, ativos como nunca antes no mundo, sendo expostos às ações fascistas da eugenia branca exploratória, devastadora e assassina. A mídia e a meios de comunicação, como redes sociais e seus algoritmos, procuram manter escondido a devastação do patrimônio de todos para o ganho financeiro de umas poucas e raras corporações "S/A" acima dos governos.

É urgente que os agricultores e agricultoras assumam a liderança nas questões de qualidade, sustentabilidade e custos da alimentação para a vida com respeito à natureza, à terra e à liberdade em relação às incorporações como nunca antes no planeta. A elaboração deste material é um suporte para construção da autonomia camponesa, para construção de mecanismos de abastecimento popular e também do biopoder camponês. Precisamos organizar debates em nossos territórios para expor as contradições do sistema de abastecimento hegemônico e apresentar as possibilidades encontradas pelo campesinato até aqui e que fortalecem a construção do poder popular.